

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000698-74.2020.8.10.0026 Sessão virtual de 06-03-23
a 13-03-23 Apelante: FÉLIX SANTOS SILVA Advogados: RAYSSA MARIA QUEIROZ
CAPUCHINHO (OAB/MA Nº 17.468) E JAIME PEREIRA DE SOUSA (OAB/MA 17.241-A)
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL Relator: Desembargador GERVÁSIO
PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR Revisora: Desembargadora SÔNIA MARIA AMARAL
FERNANDES RIBEIRO APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E POSSE
ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. MATERIALIDADE E AUTORIA
COMPROVADAS. DELITO DE OMISSÃO DE CAUTELA. ATIPICIDADE DA CONDUTA.
DOSIMETRIA. ERRONIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO
LEGAL. MINORANTE DO ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/06. INAPLICABILIDADE.
DEDICAÇÃO À ATIVIDADES CRIMINOSAS. SANÇÃO REDIMENSIONADA. PLEITO DE
SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE
DIREITOS. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM
LIBERDADE. MANUTENÇÃO A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. ADEQUAÇÃO AO REGIME
ESTABELECIDO NA SENTENÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I. Demonstradas a
materialidade e a autoria dos crimes de tráfico de drogas e posse ilegal
de arma de fogo de uso permitido (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 e
art. 12 da Lei nº 10.726/03), mediante provas submetidas ao crivo do
contraditório e da ampla defesa, a manutenção da decisão condenatória é
medida que se impõe. II. A apreensão de entorpecente em pequena
quantidade, aliada a existência de registro da comercialização do referido
material, evidencia o cometimento do crime de tráfico de drogas,
afastando-se, conseqüentemente, o pleito desclassificatório para a conduta
de porte de drogas para uso pessoal (art. 28 da Lei Antidrogas). III. A
posse ilegal de arma de fogo de uso permitido é delito de perigo abstrato,
razão pela qual a simples configuração de quaisquer das ações previstas em
seu núcleo é suficiente para a consumação do tipo. IV. A configuração do
delito de omissão de cautela (art. 13 da Lei nº 10.826/03) impõe o efetivo
apossamento da arma de fogo pelo menor, de sorte que ausente a comprovação
do referido elemento normativo do tipo não há que se falar em tipicidade
da conduta imputada ao recorrente. V. Redimensiona-se a reprimenda para o
mínimo legal, na primeira fase da dosimetria, na hipótese em que o juízo a
quo estabelece pena-base acima do mínimo legal, todavia, não consigna a
respectiva valoração negativa das respectivas circunstâncias judiciais.
VI. Afasta-se a aplicação da causa de diminuição elencada no § 4º do art.
33 da Lei nº 11.343/06, ante a constatação, no curso da instrução
processual, de que o recorrente, além de se dedicar a atividades
criminosas, integra organização destinada a tal finalidade. VII.
Inobservado o requisito constante do art. 44, I, do CP, insubsistente o
pleito de substituição da sanção privativa de liberdade por restritivas de
direitos. VIII. A decisão de manter o ergástulo foi fundamentada nos
elementos fáticos e nas circunstâncias que revelam a presença dos
requisitos constante do art. 312 do CPP, destacando-se a existência de
circunstâncias que permitem conclusão de que o acusado integra facção
criminosa, impondo-se, todavia, a adequação da segregação provisória ao
regime fixado na sentença condenatória (semiaberto). IX. Apelação criminal
conhecida e parcialmente provida. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO
Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (ApCrim
0000698-74.2020.8.10.0026, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS
SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 14/03/2023)